

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: depoimento pessoal¹

BIONDO, Marcia Eliza Salame

Resumo: A inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) nas escolas regulares é um tema polêmico, pois essas pessoas sempre foram vistas como incapazes, estando sempre à margem da sociedade. Os debates evoluíram e não se concebe mais discursos preconceituosos e, muito menos, a não aceitação de qualquer tipo de deficiência nas escolas. O presente artigo tem como modalidade de pesquisa o relato pessoal, enriquecido pela pesquisa bibliográfica em artigos científicos que abordam o tema em questão. O objetivo é relatar as experiências pessoais envolvendo a avaliação da aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva e buscar na literatura qual a melhor maneira de conduzir essa avaliação. Com o presente estudo, foi possível concluir que o caminho principal para o êxito de uma avaliação inclusiva passa pela aceitação do sistema educacional como um todo, respeitando, aceitando e incluindo as PcD, vendo-as como cidadãos capazes, com direito à escola e à cidadania.

Palavras-chave: Avaliação. Educação Inclusiva. Relato pessoal.

1 INTRODUÇÃO

A questão da avaliação é um tema polêmico por si só, porém quando envolve avaliação de estudantes com algum tipo de deficiência, torna-se uma questão complexa e, ao professor cabe a responsabilidade de prover meios para que esse processo seja realmente de inclusão e de incentivo para que haja interação entre todos os envolvidos no processo educativo.

A educação, historicamente, vem sofrendo mudanças, principalmente no que diz respeito às Pessoas com Deficiência (PcD), que em certo tempo eram vistas como incapazes, que necessitavam de cuidados e, quando iam à escola, era para uma escola especial (MANTOAN, 1997). Hoje, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que faz parte da legislação que apoia e garante a inclusão, todos têm direito de frequentar a escola de ensino regular, sendo respeitada a pessoa, com suas limitações, porém oferecendo condições para seu pleno desenvolvimento (BRASIL, 2015).

É na escola que se consolida a construção do conhecimento, a cultura, o ser e o direito à educação, como diz a Lei da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade do Sul de Santa Catarina, sob a orientação do professor Jorge Antônio Nogared Cardoso, no primeiro semestre de 2023.

e Base da Educação Nacional, 9394/96 – LDB (Brasil, 1996). Toda criança tem direito à educação, a ter um crescimento significativo inclusive pessoas com deficiências, que passou a ter mais força na política para estudantes.

O Artigo 27 do Estatuto da Pessoa com Deficiência defende a educação como um direito em todos os níveis de aprendizado e também por toda a vida, devendo ser assegurados, em todos os níveis de ensino, um sistema educacional inclusivo, independente da deficiência (BRASIL, 2015).

Com isso, a escola tem como papel principal ser inclusiva, com a função de acolher, ensinar, ser, dar assistência para cada indivíduo, adaptando seus métodos de trabalho e auxiliando no desenvolvimento, ampliando sempre o ser e o conhecimento que está inserindo em cada um, atendendo às dificuldades para saná-las de forma saudável para que a criança se sinta bem consigo mesma e com as outras pessoas que vivem ao seu entorno.

Para Mantoan (1997), incluir pessoas com deficiência na escola regular necessita de uma grande reforma no sistema educacional. Sendo que diversos aspectos precisam ser desenvolvidos, principalmente o que diz respeito à flexibilização do currículo, bem como a modificação das formas de ensino, metodologias e avaliação. Além disso, implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula, na criação e adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso na movimentação de todas as pessoas. Certamente isso desvenda um desafio diante dos educadores, da sociedade e das escolas, mas tudo em favor da inclusão e das oportunidades que devem garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, mas o desenvolvimento integral do indivíduo com deficiência.

A metodologia utilizada foi a modalidade de pesquisa bibliográfica e relato pessoal, buscando responder ao problema de pesquisa: como tornar a avaliação um processo mais humanizado e menos classificatório? O objetivo do trabalho foi relatar as experiências pessoais, envolvendo a avaliação da aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva e buscar na literatura qual a melhor maneira de conduzir essa avaliação

Na sequência do presente artigo, a fundamentação teórica. O item 2 discorre sobre a avaliação inclusiva, tendo como base a pesquisa bibliográfica realizada sobre a avaliação, abordando aspectos significativos do material disponibilizado pelo MEC às escolas, no ano de 2006.

No item 3, é abordada a discussão dos resultados, inicialmente com o depoimento pessoal das atividades profissionais de docência vivenciadas pela autora do artigo e seguido de relatos baseados no depoimento pessoal da autora e em autores pesquisados, pertinentes ao tema em questão.

Para finalizar o artigo, no item 4 são apresentadas as conclusões e referências utilizadas no decorrer do trabalho.

2 AVALIAÇÃO INCLUSIVA

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) aborda, em seu Art. 28, as incumbências do poder público, sendo importante destacar os itens I, II e III do referido artigo:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (BRASIL, 2015).

A lei deixa claro que tanto o poder público quanto os sistemas educacionais têm suas atribuições, tanto na inclusão quanto na permanência das PcD nas instituições de ensino, fazendo as acessibilidades necessárias para garantir o direito à educação para todos. Acessibilidades essas que não são só físicas, mas sim atitudinais. E uma dessas adaptações é em relação à avaliação.

A avaliação, dentro do contexto escolar, é um processo e, como tal, é contínuo e progressivo. É através da observação, do acompanhamento, dos registros, que se pode fazer uma avaliação mais criteriosa, cuidadosa e mais humanizada, fazendo com que não seja somente uma maneira de classificar ou quantificar, através da nota, a aprendizagem.

Segundo Sousa (2017, p. 02),

De todas as intervenções metodológicas, as que se mostram urgentes são as formas de avaliação no contexto inclusivo, que carecem de ser repensadas a partir de sua realização; é preciso rever conceitos, readequar e construir outros à luz da averiguação das aprendizagens acessíveis. Avaliar, nessa concepção, pressupõe possibilitar as condicionantes que aproximem os sujeitos das metodologias de formulação do conhecimento.

Preocupada com os rumos da inclusão das PcD e considerando a importância da formação de professores, a Secretaria de Educação Especial do MEC disponibilizou, no ano de

2006, um material denominado Saberes e Práticas da Inclusão, com sete diferentes temáticas, sendo uma delas a avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais.

Os princípios básicos e norteadores do documento voltado à avaliação são:

(a) a avaliação é um processo compartilhado, a ser desenvolvido, preferencialmente, na escola, envolvendo os agentes educacionais. Tem como finalidade conhecer para intervir, de modo preventivo e/ou remediativo, sobre as variáveis identificadas como barreiras para a aprendizagem e para a participação, contribuindo para o desenvolvimento global do aluno e para o aprimoramento das instituições de ensino; (b) a avaliação constitui-se em processo contínuo e permanente de análise das variáveis que interferem no processo de ensino e de aprendizagem, objetivando identificar potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e das condições da escola e da família (BRASIL, 2006, p. 9).

Esse material disponibilizado há 17 anos, se fosse trabalhado nas redes escolares, seria um importante aliado de todos os envolvidos no processo educativo, conseguindo atender melhor as PcD, independente da natureza ou grau de deficiência, levando em conta as necessidades educacionais especiais de cada um.

Ao discorrer sobre a (re)significação de paradigmas educacionais no contexto inclusivo, Peripolli (2015, p. 39) afirma que

[...] a avaliação deve permear o trabalho pedagógico desde o planejamento até a execução, coletando dados para melhor compreensão do processo de aquisição do conhecimento, a fim de possibilitar orientar a intervenção didática para a (trans)formação, de modo que esta é muito mais do que a expressão de determinar conceitos para o estudante, ela expressa a postura do professor responsável, ético-político, competente e comprometido com o desenvolvimento de capacidades, habilidades, competências e atitudes em uma escola democrática e cidadã.

É muito importante que todas as pessoas envolvidas no processo educativo de PcD estejam cientes do seu papel na avaliação desses estudantes, oferecendo uma avaliação inclusiva e não excludente. E, de acordo com Hoffmann (2001), é visível a necessidade de revisão e atualização tanto dos conceitos quanto das práticas avaliativas normalmente em uso nos sistemas educacionais, uma vez que as mesmas são tradicionais, normativas, padronizadas e classificatórias.

É fundamental que a avaliação seja inclusiva, permitindo “identificar necessidades dos alunos, de suas famílias, das escolas e dos professores”. Porém, é preciso ir além da identificação, construindo propostas e tomando as providências necessárias para que elas sejam satisfeitas (BRASIL, 2006).

Em relação a um processo avaliativo inclusivo e dinâmico, que atenda às reais necessidades do educando com alguma necessidade educacional especial, Sousa (2017, p. 12) esclarece:

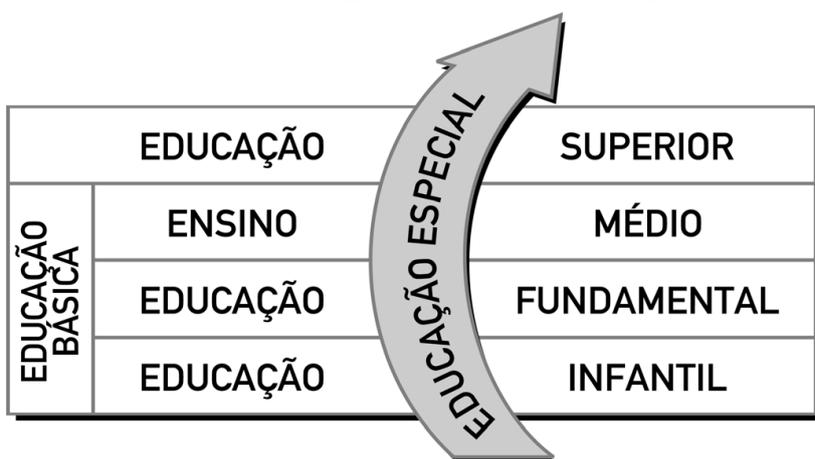
Interagir por meio do processo de avaliação nas práticas dinâmicas de aprendizagem e na concepção da Educação Inclusiva, pressupõe considerar o espaço escolar como ambiente receptivo, que traz como marca filosófica o atendimento às necessidades dos sujeitos. Logo, adaptar as atividades, planejar metas, elaborar e ampliar os Pareceres discentes são objetivos que inserem os indivíduos em um processo dialógico, reflexivo, dinâmico e inclusivo da avaliação na escola.

Percebe-se a importância de um processo avaliativo que contemple as reais necessidades e potencialidades da PcD, adaptando as atividades de forma a garantir o acesso da mesma à aprendizagem, garantindo seu desenvolvimento integral e sua participação efetiva em todo o processo. E, ainda na visão de Sousa (2017, p. 13),

Avaliar na escola é partir de duas esferas: global e particular. Na concepção ampliada, as necessidades heterogêneas dos sujeitos são consideradas e todos são envolvidos no processo avaliativo, já no contexto restrito, as especialidades do alunado são vistas como a construção de um projeto de transformação individual. Dessa forma, a avaliação na escola é uma tarefa de todos os agentes que propõem mudanças culturais, éticas e cidadãs dos sujeitos com e sem deficiência na proficiência autônoma e na tomada de decisões.

Democracia e cidadania devem estar sempre juntas, norteando o trabalho educativo desde a Educação Infantil, sempre sabendo que todos têm direito à uma educação de qualidade e que respeite as diferenças individuais. E a educação especial deve ser entendida e ofertada em todos os níveis de educação e de ensino, conforme a Figura 1.

Figura 1: oferta dos serviços de educação especial



Fonte: BRASIL (2006, p. 6).

É visível na Figura 1 que a educação especial faz parte da Educação Básica, iniciando na Educação Infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio, devendo também ser contemplada e considerada na Educação Superior. Para que isso aconteça de forma saudável, é importante que os profissionais da educação estejam empenhados em avaliar a todos dentro de suas potencialidades.

É impossível contemplar todos os estudantes no processo educativo, garantindo seus direitos sem levar em consideração as peculiaridades e características individuais que, juntas, formam o cenário educacional. Uma avaliação inclusiva deve ir além de um teste para medir o que o aluno aprendeu, mas sim deve rumar para a construção de mecanismos que auxiliem no processo educativo (BRASIL, 2006).

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Depoimento pessoal

Sou professora formada, com habilitação no Magistério e curso de capacitação em Educação Especial com Ênfase na Educação Inclusiva. Atuei sempre na rede pública, sendo uma parte em escola estadual e outra municipal, no município de Sertão, Rio Grande do Sul, de 1986 a 1992, em que lecionei para os anos iniciais, todos em uma mesma sala, a chamada classe multisseriada.

Anos mais tarde, a partir do ano de 2001, na cidade de Ipiranga do Sul, estado do Rio Grande do Sul, em uma escola pública municipal, o desafio da docência foi mais intenso, sendo principalmente desafiadora a educação especial e a própria inclusão das PcD. Enquanto professora, na rede pública municipal de Ipiranga do Sul, deparei-me com três situações bem distintas para atender crianças com deficiências: como professora de séries iniciais; auxiliar em uma turma de educação infantil; professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3.1.1 Professora de séries iniciais

Como professora de séries iniciais, com alunos na faixa etária dos 9 e 10 anos, tive experiências marcantes, principalmente na questão da avaliação, pois percebia que dentre os alunos, alguns deles não conseguiam obter a “nota” suficiente na prova, porém o seu desempenho em sala de aula, através da observação, do acompanhamento, mostrava-se diferente.

Nas séries iniciais também tive a oportunidade de trabalhar com um aluno autista, porém sem um diagnóstico. Somente um tempo depois recebemos esse diagnóstico. Foi muito difícil, pois na época ainda pouco se sabia a respeito do Transtorno do Espectro Autista. Como professora, tive experiências diversas e marcantes sobre como trabalhar com crianças autistas, deficientes visuais, deficientes físicos, deficientes auditivos, com TDAH, e outros com problemas de aprendizagem. Sempre considerei todo e qualquer avanço que demonstrasse, pois percebo que o acompanhamento diário e a observação do seu desenvolvimento são fatores importantes para o sucesso do processo ensino aprendizagem.

Pensando assim, a avaliação também não poderia ser somente aquela baseada em provas, mas sim uma avaliação que levasse em consideração o dia a dia, os objetivos e os avanços de cada aluno, respeitando suas especificidades e particularidades.

3.1.2 Auxiliar em uma turma de educação infantil

Como auxiliar em uma turma de Educação Infantil, a experiência mais marcante foi trabalhar com uma aluna deficiente visual, com diagnóstico de descolamento de retina por prematuridade, que estava com acompanhamento de oftalmologista e de psicopedagoga, sendo estes fora do ambiente escolar.

Começamos, eu e a professora, a buscar informações sobre como trabalhar com essa aluna. Foi muito desafiador e muito difícil. Tínhamos acesso ao laboratório de informática, onde os alunos participavam semanalmente das aulas de informática. Em uma dessas aulas, a professora de informática optou por trabalhar com a aluna deficiente visual, com fones de ouvido. Foi desesperador! A aluna começou a chorar, não queria mais participar das aulas de informática. Depois desse fato, a mãe contou que a audição era muito aguçada, tanto que não foi possível realizar o teste da orelhinha, quando bebê.

Diante do fato de recebermos uma criança com deficiência visual na sala de aula regular, procurávamos oferecer os materiais específicos que estimulassem o sentido da visão, visto que a mãe dizia que ela conseguia enxergar vultos, claridade e luzes. Para os trabalhos, como não tínhamos na época um suporte adequado, e nem mesmo os materiais para promover a acessibilidade, eu, como auxiliar, tentava adaptar as atividades para essa criança. Ao adaptar os materiais usava cola *gliter*, cola relevo, barbante, contornava com agulha, pois não se tinha punção e reglete. Aliás, só tínhamos conhecimento que existia, mas não conhecíamos.

Era um “mundo novo”, um grande desafio para todos na escola. Iniciou-se então a busca para tentar ajudar, da melhor maneira, essa criança. Começamos, eu e a professora, a buscar

mais informações sobre como trabalhar com essa aluna. No início, foi muito em forma de pesquisa, buscando artigos e textos para leitura que nos ajudassem a entender e trabalhar com essa aluna, nos sites buscávamos sugestões de atividades acessíveis e que pudéssemos adaptar a essa aluna.

Após algum tempo, começamos a ter o apoio de uma professora que trabalhava em uma escola para deficientes visuais. Tínhamos encontros esporádicos, que nos davam uma base de como trabalhar. A partir destes encontros, conhecemos um pouco o universo do deficiente visual de forma teórica, e após, tivemos algumas aulas de braile, mas de maneira muito superficial. O sorobã, só foi mostrado, mas nada de prático com o mesmo. Não tínhamos nada de material que promovesse a acessibilidade para tal deficiência. Todo o material que usávamos era improvisado.

Com o passar do tempo, a escola foi se adaptando a essa nova realidade, recebendo livros em braile, materiais táteis, máquina de escrever em braile, sorobã e também, na parte de informática, computador e a impressora para imprimir em braile.

Desde o início houve a preocupação em como avaliar, quais critérios utilizar nesse caso. Percebi que essa preocupação, enquanto a PcD está na educação infantil, se dá de uma maneira mais suave, pois está mais baseada no seu desenvolvimento, de uma forma mais abrangente, mais ampla. Porém com o passar do tempo vai se tornando mais difícil.

3.1.3 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Já ao trabalhar no AEE, onde eram atendidos alunos com deficiências que tivessem um diagnóstico ou encaminhamento específico para tanto, foi com alunos muito “especiais”, no sentido que levam a “perceber” o mundo, ou a realidade, de uma outra forma, com outra visão.

Nesse contexto, um aspecto que marca muito é o entrosamento, o diálogo que deve haver entre o professor da sala de atendimento educacional especializado com os professores da sala de aula regular, a fim de que, quando o trabalho é realizado de forma harmônica e entrelaçada, o desempenho de todos seja considerado muito melhor. Porém, nesse aspecto, percebi grande dificuldade em desenvolver um trabalho em conjunto.

O atendimento educacional especializado era realizado no turno inverso ao da sala de aula regular e, além desse, os alunos frequentavam atendimentos com outros profissionais como psicóloga, fonoaudióloga e fisioterapeuta, de acordo com a necessidade de cada um.

Ao trabalhar com aluna com deficiência visual, contei com o apoio de uma pessoa especializada que vinha até a escola, onde tínhamos encontros quinzenais para planejamento e,

sempre que possível, ela também participava do atendimento. Ajudou-me com o método braile, porém aprendi muito com o convívio com a aluna que utilizava muito bem a máquina de escrever em braile, mas na contramão tinha muita dificuldade na leitura de textos. Palavras isoladas ou poucas palavras ela conseguia ler, desde que fossem distantes umas das outras. Ao perceber essa dificuldade, os textos eram impressos com um espaçamento maior, para que ela pudesse realizar a leitura dos mesmos.

Percebi a dificuldade no desenvolvimento tátil da aluna, onde mesmo coisas simples, pelo toque não conseguia descrever e tinha muito receio de tocar, até mesmo no rosto e nas mãos de pessoas. Um momento que me chamou atenção foi ao realizar uma visita ao supermercado, lugar em que ela dizia conhecer, pois acompanhava a mãe. Pedi para que tocasse nos pacotes de feijão, de arroz, e não conseguiu identificá-los, tamanha a deficiência que apresentava na parte tátil. Em contrapartida, sua memória auditiva era muito aguçada, tanto que percebia sons distantes, reconhecia as pessoas pela voz depois de uma única vez que tinha falado com a mesma.

Já os alunos com o transtorno do espectro autista, trabalhei com pelo menos dois casos diagnosticados, com aspectos bem distintos entre eles e ambos muito detalhistas e muito inteligentes. Um gostava de música, outro já gostava mais das artes, não eram muito sociáveis, gostavam mais de ficar sozinhos.

Como professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), procurava fazer atividades além da sala de aula, como trabalhar a questão da mobilidade, a socialização e a exploração de ambientes diferentes. Não percebia, e mesmo hoje não percebo o atendimento educacional especializado como um reforço, então procurava trabalhar de maneira integrada com as professoras da sala de aula regular, como um algo além.

Em uma atividade de exploração do ambiente externo, com a aluna com deficiência visual, ao tocar em um orelhão ela ficou admirada, achou muito engraçado o nome “orelhão”, questionou o porquê do nome e demonstrava uma felicidade em perceber coisas novas e diferentes.

Alguns casos específicos de alunos com deficiências, contavam em sala de aula com uma monitora que os auxiliava nas atividades. Essa era a pessoa com quem eu mais mantinha contato para saber dos avanços e das dificuldades dos alunos, desenvolvendo assim um trabalho conjunto. Porém, também foi nesse tempo que percebi a dificuldade de desenvolver um trabalho em que houvesse uma integração entre todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino, no que diz respeito ao professor que atende na AEE e os que atuam em sala de aula. É como se fossem dois setores distintos e com pouca possibilidade de troca no mesmo espaço.

3.2 Fundamentando a prática

Essa pesquisa sobre a avaliação para pessoas com deficiências, na perspectiva inclusiva, visa buscar elementos que auxiliem o professor em sua prática pedagógica. É uma pesquisa baseada em experiência vivenciada no contexto escolar, com alunos com deficiências em momentos distintos e, que mostram o quão difícil é a avaliação na perspectiva inclusiva.

É consensual a necessidade de rever e atualizar os conceitos e as práticas avaliativas tradicionais, normativas, padronizadas e classificatórias, em uso nos sistemas educacionais, substituindo-as por outras mais voltadas para a dimensão política e social da avaliação (HOFFMANN, 2001).

A inclusão é um desafio para todos e não só para o aluno, mas principalmente para o professor, pois este tem que dar conta de realmente proporcionar condições que assegurem o desenvolvimento das habilidades individuais destes alunos.

Ao receber a criança com deficiência, na sala de aula de ensino regular, o professor se depara com um grande desafio, ou objetivo talvez, que é o de proporcionar àquela criança os meios que permitam que ela se desenvolva, que aprenda e que lhe dê autonomia, no real sentido da palavra. Porém, normalmente, há da parte do professor, uma certa resistência em atender essa criança em sala de aula, pois, devido à diversidade, julga-se não apto para esse atendimento.

Segundo Trentin (2013, p. 31078)

A avaliação da aprendizagem é importante para o planejamento do educador, porém não se constitui em instrumento de busca da homogeneidade, mas sim em elemento fundamental para compreender as singularidades dos educandos frente à aprendizagem. Promover a aprendizagem é essencialmente uma ação docente, determinar formas e critérios para esta ação requer estudo e reflexão acerca dos elementos que constituem o processo avaliativo.

A questão do avaliar é muito complexa. Como saber se o aluno com deficiência aprendeu ou não? Será mensurável esse aprendizado? E o saber que a criança já tem, sua cultura e sua história, são passíveis de avaliação? E como saber qual aprendizado é mais importante? São tantas indagações.

É difícil responder a estes questionamentos, pois todo saber é importante e, ao professor cabe o papel de avaliador, não através de uma prova, mas de um processo contínuo e evolutivo que visa alcançar objetivos. Sendo assim, o professor deve conhecer seu aluno, sua história e

sua cultura para, assim poder auxiliá-lo e acompanhá-lo no processo de ensino e aprendizagem e, partindo de todo esse contexto, avaliá-lo da melhor maneira possível.

Um dos grandes entraves de uma avaliação inclusiva é a falta de disponibilidade interna, ou seja, nas próprias escolas. Para Fumegalli (2012, p. 21),

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da educação escolar e para o benefício de todos os alunos com e sem deficiência, depende, contudo, de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações e, essa condição não é comum aos sistemas educacionais e a maioria dos professores. Incluir não deve ser uma imposição, mas um modo de pensar.

Importante que todos os professores tenham conhecimentos, pelo menos básicos, sobre como trabalhar com alunos com deficiência, principalmente no que se refere a deficiência visual, com o método braile, com deficiência auditiva, a linguagem brasileira de sinais, o transtorno do espectro autista, a forma de agir com relação a socialização e a comunicação, dentre outras.

Para a Educação Inclusiva, os conteúdos trabalhados em classe devem ter como proposta principal o desenvolvimento das estruturas afetivocognitivas do aluno. Esta proposta sugere ao professor uma avaliação diferenciada que levam em conta as habilidades individuais, respeita o ritmo da aprendizagem considerando limites físicos ou intelectuais (THEODORO, 2013, p. 44).

Desde sempre, minha inquietação foi com a avaliação, mas ao trabalhar com alunos deficientes, ficou ainda mais latente, pois quais estratégias devem ser utilizadas a fim de que realmente haja a inclusão. Para cada deficiência devemos dar possibilidades diversas para que o processo de ensino aprendizagem se concretize criando meios para que o aluno se desenvolva em todos os aspectos. Desenvolvimento esse que acontece no coletivo, porém também no respeito à individualidade.

Em termos individuais, alguns alunos poderão precisar de atendimento de profissionais fora da escola, como de fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, médicos, dentre outros, que decidirão quanto à necessidade de complementar a avaliação realizada na escola com procedimentos e instrumentos clínicos e específicos de suas atividades. As dimensões de análise propostas para melhor identificar necessidades educacionais dos alunos são: seu nível de desenvolvimento e suas condições pessoais (BRASIL, 2015, p. 62).

Ao cursar, durante a graduação, as diversas disciplinas que tratam do tema da inclusão, pude perceber que o monitor, ou professor auxiliar, ou ainda o segundo professor, não é específico para o aluno com deficiência, como normalmente acontece, mas sim, como o próprio

nome diz, é um auxiliar do professor “titular”. Já, por sua vez, o professor titular deveria trabalhar com o aluno com deficiência, explicando, orientando, da maneira como faz com os demais, e contando com o auxiliar para atender a todos indistintamente. Ao trabalhar dessa forma, pode-se dizer que a inclusão é um fato.

Sempre foi muito debatida por todos os envolvidos no processo avaliativo a questão da avaliação da PcD, que deve ser diferenciada. Deve ser sim, porém esse termo não quer dizer que a avaliação deve ser diferente das demais. Ela deve ser e representar com especificidades o que cada aluno com deficiência, integrado realmente em sala de aula evolui, respeitando as necessidades de cada um. O mesmo sistema de avaliação dos demais, porém respeitando as condições dos alunos com deficiência, dando-lhes os recursos que necessitam, de acordo com a especificidade da deficiência do aluno.

Muitos dos problemas ligados a execução de uma avaliação ineficiente e excludente deve-se ao fato de muitos educadores não compreenderem de fato o que o ensino e a avaliação devem priorizar. Alguém que não compreende muito bem sua prática profissional certamente terá grande dificuldade em compreender seus alunos e ajudá-los a compensar suas carências intelectuais (THEODORO, 2013, p. 37).

Quando garantirmos a acessibilidade aos materiais para as deficiências, estaremos também desenvolvendo as habilidades, as competências, as potencialidades dessas pessoas. Como toda avaliação, deve ser analisada de forma individual, observando as especificidades de cada um, levando em consideração o processo como um todo e não apenas o momento da “prova”.

Se pensarmos em igualdade, não estaremos falando da inclusão. Só poderemos falar em inclusão quando tratarmos a todos com equidade, ou seja, quando levarmos em consideração o que cada um precisa, de acordo com suas especificidades, peculiaridades.

4 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada para a elaboração do presente artigo, abordou questões relevantes acerca da avaliação inclusiva, aspecto que sempre levantou e continua levantando polêmica em relação à inclusão de PcD na rede regular de ensino. Avaliar de forma justa vai além de simplesmente quantificar um resultado, e não apenas para PcD, mas para os estudantes de forma geral.

É fundamental que todas as pessoas envolvidas no processo educativo (escola, família e comunidade local) trabalhem no mesmo sentido, incluindo de forma integral todas as pessoas,

independentemente de suas características individuais. Somos seres únicos e temos nossas especificidades que precisam ser respeitadas.

Estar incluído na escola regular não garante a inclusão. Para que ela realmente ocorra é necessário que os profissionais da escola estejam preparados para interagir com os diferentes tipos de deficiência, pois apenas a boa vontade não adianta. É preciso que os professores recebam formação continuada, envolvendo as formas de avaliação mais indicadas para aplicar em sala de aula.

As vivências profissionais com PcD permitiram que muitos questionamentos fossem feitos ao longo dos anos. Entre esses questionamentos, o que mais me instigou foi sobre a avaliação e como conduzi-la e realizá-la de forma que não prejudicasse os estudantes, fossem eles com ou sem deficiência.

Com o presente estudo, foi possível concluir que o caminho principal para o êxito de uma avaliação inclusiva passa pela aceitação do sistema educacional como um todo, respeitando, aceitando e incluindo as PcD, vendo-as como cidadãos capazes, com direito à escola e à cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais.** [2. ed.]. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <568http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria CENESP/MEC.** Brasília, n. 69, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: SEESP, 2007.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão N° 13.146, de 6 de julho de 2015. Senado Federal: Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.portalabel.org.br/images/pdfs/lei-brasileira.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

HOFFMANN, Jussara Maria. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

PERIPOLLI, Arlei. Avaliação escolar: (re)significando paradigmas educacionais no contexto inclusivo. In: SILUK, Ana Claudia Pavão; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (organizadoras). Avaliação: reflexões sobre o processo avaliativo no atendimento educacional especializado. Santa Maria : [UFSM], PRE ; Ed. pE.com, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2019/04/AVALIA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

SOUSA, Ivan Vale de. Avaliação na educação inclusiva: aproximações e distanciamentos. 2017. Disponível em: https://cpee.unifesspa.edu.br/images/anais_ivcpee/Comunicacao_2017/AVALIAO-NA-EDUCAO-INCLUSIVA-APROXIMAES-E-DISTANCIAMENTOS.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avilla. Inclusão Escolar: O desafio de uma educação para todos. 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamonografia.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

THEODORO, Flavia Ivana Santana Braga. Avaliação Inclusiva: Compromisso com a aprendizagem de todos. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_2013_uepg_edespecial_pdp_flavia_ivana_santana_braga_theodoro.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

TRENTIN, Valéria Becher. Avaliação da aprendizagem frente à inclusão escolar. Curitiba: 2013. Disponível em: < https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7571_4263.pdf>. Acesso em: 23/06/2021.